

EXPLICAR O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA Notas da história judaica e cristã

EXPLAIN THE CONFLICT BETWEEN ISRAEL AND PALESTINE
Notes on jewish and christian history

Luís Corrêa Lima*

RESUMO

Na terra considerada santa por judeus, cristãos e muçulmanos, há uma guerra entre israelenses e palestinos. Ela é consequência de um conflito de muitas décadas que remonta à criação do Estado de Israel e à expulsão de mais de 700 mil palestinos de suas terras, sem direito a retornar. A criação deste Estado, por sua vez, remonta ao movimento sionista surgido como reação ao antissemitismo e ao Holocausto. Atualmente judeus e palestinos chamam de seu país a terra situada entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão. As tradições judaicas e cristãs desempenham um papel fundamental neste conflito. Os judeus têm um forte vínculo religioso e cultural com esta terra, onde viveram seus patriarcas, reis e profetas. Os cristãos a veneram porque aí nasceu e viveu Jesus Cristo, seu Senhor. No surgimento do sionismo está antes o cristianismo que o judaísmo. Tanto judeus quanto cristãos o apoiam ou o contestam, tantos uns quanto outros buscam uma paz justa na região ou simplesmente a recusam.

PALAVRAS-CHAVE: Antissemitismo. Sionismo. Hannah Arendt. Paz justa.

ABSTRACT

In the land considered holy by Jews, Christians and Muslims, there is a war between Israelis and Palestinians. It is the consequence of a conflict lasting many decades that dates back to the creation of the State of Israel and the expulsion of more than 700,000 Palestinians from their lands, with no right to return. The creation of this State, in turn, dates back to the Zionism movement that emerged as a reaction to anti-Semitism and the Holocaust. Currently, Jews and Palestinians call the land between the Mediterranean Sea and the Jordan River their country. Jewish and Christian traditions play a fundamental role in this conflict. Jews have a strong religious and cultural bond with this land, where their patriarchs, kings and prophets lived. Christians venerate it because Jesus Christ, their Lord, was born and lived there. In the emergence of Zionism there is Christianity rather than Judaism. Both Jews and Christians support or contest it, as many seek a just peace in the region or simply refuse it.

KEYWORDS: Anti-Semitism. Zionism. Hannah Arendt. Just peace.

* Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). É professor do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
E-mail: liclima@puc-rio.br

INTRODUÇÃO

No ano passado, uma semana antes do ataque terrorista do Hamas ao Sul de Israel, o papa Francisco tornou cardeal o patriarca latino de Jerusalém, o franciscano Pierbattista Pizzaballa. Quando sua nomeação se tornou pública, ele fez declarações à imprensa e se referiu à Faixa de Gaza, que conhecia bem por suas visitas frequentes à paróquia católica da Sagrada Família, na Cidade de Gaza. Pizzaballa afirmou: “Gaza é uma prisão, uma prisão a céu aberto em que dois milhões de pessoas estão presas com uma perspectiva econômica e social muito difícil” (Neuhaus, 2024). Naquele dia, ele não sabia o que viria com os horríveis ataques e com a guerra israelense iniciada contra o Hamas.

Esta declaração é como uma ponta de iceberg, que mostra um conflito já em curso há décadas e remete a uma longa história envolvendo judeus, árabes e cristãos. Um panorama desta história ajuda a entender o conflito, bem como paixões, interesses e crenças que o atravessam.

1 A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

A terra situada entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão é considerada santa por judeus, cristãos e muçulmanos. É a terra dos patriarcas, do rei Davi e dos profetas, de Jesus e dos apóstolos, e da viagem celeste do profeta Maomé. O seu valor simbólico é incomensurável. Neste lugar, existe há muito tempo um forte conflito entre israelenses e palestinos. O que lá acontece tem repercutido rapidamente em todo mundo. De certo modo, a Terra Santa concentra a riqueza espiritual e as contradições destas grandes religiões monoteístas (Lima, 2017, p. 197-209).

O conflito nesta Terra tem origem no século XIX, quando o nascente movimento nacional judaico estimulou os judeus a começarem uma emigração em massa rumo à Palestina. A razão desta emigração era o forte antissemitismo na Europa e sobretudo na Rússia, com ataques violentos em massa à população judaica, os *pogroms*. O nacionalismo judaico se institucionalizou com a realização do Primeiro Congresso Sionista em 1897, na Basileia (Suíça), liderado por Theodor Herzl. Os sionistas criaram um banco e começaram a comprar terras na Palestina. Negociaram com o Império Turco-otomano, com o Império Britânico e com a Alemanha. Herzl estava convencido de que em 50 anos criaria um Estado judeu na Palestina.

Antes do surgimento do sionismo judaico, já havia um importante sionismo cristão no mundo protestante anglo-saxão. Alguns cristãos estavam convencidos de que o estabelecimento do reino de Israel faria o filho unigênito de Deus retornar à terra, ocasionando a plena cristianização do mundo (Bickersteth, 1841). Nessa época, a Grã-Bretanha era conhecida como o país menos antissemita da Europa e admiradora dos antigos hebreus. Na era vitoriana, um de seus políticos com grande influência foi o conde de Shaftesbury. Ele foi um forte promotor da causa de uma restauração judaico-cristã na Terra Santa, difundindo a ideia de dar “uma terra sem povo para um povo sem terra”. E o judeu britânico Moses Montefiore, empresário

famoso e filantropo, empenhou-se em fazer de Jerusalém a capital da religião judaica (Sand, 2011, p.189-193).

A imigração judaica na Grã-Bretanha, porém, era um problema político delicado. Nos debates parlamentares de 1905, o lorde Balfour afirmou que os imigrantes judeus casavam apenas entre si, e não estavam dispostos nem eram propensos a integrar-se de fato na nação britânica. Por isso, a Grã-Bretanha estava moralmente justificada a limitar sua entrada no país. Anos depois, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido e o Império Turco ficaram em lados opostos. Os britânicos invadiram territórios turcos no Oriente médio e anexaram a Palestina em 1917.

Com esta anexação, puderam contemplar as demandas sionistas de cristãos e judeus, e aliviar as pressões imigratórias sobre a Grã-Bretanha. O primeiro-ministro comunicou às organizações sionistas a decisão do governo britânico em favor da criação um lar nacional para o povo judeu na Palestina:

O governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento um lar nacional para o povo judeu na Palestina, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país. Desde já, declaro-me extremamente grato a V^a S^{ra} pela gentileza de encaminhar esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista (Balfour Declarationof, 1917).

Curiosamente, o primeiro-ministro era o próprio Balfour. As coletividades não judaicas da Palestina, que supostamente não deveriam ser prejudicadas, são consideradas menos importantes diante movimento sionista. Em um Memorando de 1919, Balfour afirma:

Na Palestina não propomos sequer passar pela formalidade de consultar os desejos dos atuais habitantes do país [...] O sionismo, seja certo ou errado, bom ou mau, está enraizado em tradições perpétuas, em necessidades atuais, esperanças futuras de importância bem mais profunda que os desejos e preconceitos dos 700 mil árabes que agora habitam aquela terra antiga (Sand, 2014, p.151).

Esta população árabe, predominantemente muçulmana, já habitava aquela região por 1.300 anos. Mas isto foi desconsiderado, supondo-se que ela não possuía os atributos singulares de uma nação e jamais havia reivindicado autodeterminação. Tais posições se explicam pelo contexto europeu colonialista desta época, em que povos não europeus eram vistos como inferiores e tinham uma importância bastante secundária. Os judeus que adotaram o sionismo afirmavam que estavam supostamente indo para casa. Quando o mundo ocidental se deu conta do que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, com o assassinato de seis milhões de judeus pelos nazistas, foram aceitas as reivindicações judaicas de um Estado independente na Palestina.

No início do domínio britânico naquela região, havia quase 700 mil árabes, as chamadas coletividades não-judaicas existentes na Palestina. Os judeus eram cerca de 60 mil. Na Grã-Bretanha, eles somavam quase 250 mil. No final do domínio britânico, em 1948, os judeus na Palestina já eram cerca de 600 mil. Um ano antes, as Nações Unidas haviam decidido uma partição da terra entre palestinos

e judeus. Isso colocou os alicerces para o estabelecimento do Estado judaico, embora o plano de partição jamais tenha sido implementado. O domínio britânico teve fim com a fundação do Estado de Israel.

A sua Declaração da Independência, feita na ocasião, afirma:

A terra de Israel foi o lugar onde nasceu o povo judeu. Aqui sua identidade espiritual, religiosa e nacional foi formada. Aqui eles conquistaram independência e criaram uma cultura de significado nacional e universal. Aqui eles escreveram a Bíblia e a deram ao mundo. Exilado da Palestina, o povo judeu se manteve fiel a ela em todos os países de sua dispersão, jamais cessando de orar e esperar por seu retorno e pela restauração de sua liberdade nacional. Impulsionados por este vínculo histórico, os judeus lutaram através dos séculos por votar à terra de seus pais e recuperar seu país. Nas últimas décadas, eles voltaram em massas. Eles recuperaram o deserto, reviveram sua língua, construíram cidades e aldeias e estabeleceram uma comunidade vigorosa e crescente com vida própria econômica e cultural. Eles buscaram a paz, mas sempre estiveram preparados para se defender. Eles trouxeram a bênção do progresso para todos os habitantes do país (AMIGOS BRASILEIROS DO PAZ AGORA, 1948).

No mesmo ano, houve guerra entre Israel e os países árabes vizinhos, com forte prejuízo para a população palestina. Desde então, houve um êxodo de grande parte desta população, que se viu obrigada a abandonar bairros, aldeias e cidades. Mais de 400 aldeias árabes palestinas desapareceram. Cerca de 700 mil pessoas foram desalojadas, e suas terras e casas desapropriadas sem indenização. Muitas delas e seus descendentes ainda vivem em campos de refugiados por todo o Oriente Médio. Este êxodo é conhecido como *nákba*, palavra árabe que significa catástrofe (Sand, 2014, p.332-333). A guerra também trouxe prejuízo a populações judaicas que há séculos viviam em países árabes. Centenas de milhares de judeus acabaram emigrando destes países.

Uma nova guerra de curta duração, em 1967, levou a uma expansão do domínio israelense, que hoje possui uma área bem maior do que a partilha determinada pela ONU em 1947. Atualmente judeus e palestinos chamam a terra de seu país. O conflito se expressa em termos nacionais, étnicos, culturais e religiosos. Também há questões econômicas em jogo. Israel controla toda a Palestina histórica, com bolsões de relativa autonomia palestina cercados por postos israelenses de controle militar fronteiro. Os judeus israelenses realizaram seu sonho de um Estado nacional, mas não alcançaram a segurança desejada. Os palestinos continuam sem ter qualquer independência real e vivem em grande insegurança. Alguns deles vivem em Israel como cidadãos, mas sofrem discriminação. Outros vivem nos territórios palestinos, ocupados por Israel em 1967, e suportam as dificuldades e os sofrimentos da ocupação, das regiões sitiadas e da estagnação. Muitos outros ainda vivem no exílio, sonhando com um retorno à terra de seus ancestrais. Em 2011, a população entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão foi estimada em 5,9 milhões de judeus israelenses, e 5,6 milhões de palestinos israelenses e palestinos não israelenses (Sand, 2011, p.309).

Para alguns especialistas, uma solução justa só pode ser alcançada se ambas as nações aceitarem que as duas têm direito a viver na terra nesta região; que cada uma delas tem direito à autodeterminação nacional; que a criação do Estado de Israel significou a expulsão de quase 750 mil palestinos de sua terra e,

consequentemente, o reconhecimento do direito dos refugiados palestinos a uma solução que leve em conta a injustiça que sofreram (Raheb, 2012, p.20).

A paz justa existirá quando os palestinos puderem retornar à sua região de origem, diferentemente do que tem acontecido. Judeus de outras partes do mundo podem se mudar para Israel e se tornar cidadãos em uma semana, porque são judeus. As políticas israelenses têm sido discriminatórias, pois permitem aos judeus se estabelecerem nessa terra quando suas famílias não têm raízes locais e, por outro lado, negam aos palestinos que lá nasceram o direito de voltar. Aprovou-se uma lei obrigando todos os cidadãos em território israelense a reconhecerem o caráter judaico do Estado, caso contrário eles podem ser expulsos do país. Não se negociou e não se autorizou o retorno dos refugiados às suas casas e às terras tomadas por Israel em 1948 e em 1967. Não se permitiu aos palestinos terem forças armadas em um suposto Estado palestino.

Há estradas de assentamentos judaicos passando por cidades palestinas, confiscadas de terras palestinas, impedindo seus habitantes de chegarem a suas escolas, a suas áreas de plantio e a outras áreas. Em postos de verificação, palestinos precisavam ter autorização para passar. Judeus e israelenses, por outro lado, viajavam livremente a todas as partes de Israel. Viver em um território ocupado por outro país dificulta o acesso a todos os direitos básicos, impede a participação nas decisões e a reivindicação de melhorias. É estar sempre exposto às arbitrariedades por parte das forças de ocupação. O Muro do *Apartheid*, construído por Israel em terras palestinas para promover a separação e aumentar a repressão às organizações sociais e populares, tem hoje mais 700 km já construídos. Israel tem controlado militarmente toda a Palestina por terra, mar e ar, tem controlado as fronteiras com o Líbano, a Síria e a Jordânia, e tem mantido na prisão cerca cinco mil palestinos.

O bispo anglicano Desmond Tutu, militante contra o *apartheid* sul-africano e Prêmio Nobel da paz, visitou Israel e se envolveu com a causa dos palestinos. Ele afirmou que o Estado de Israel criou uma realidade de *apartheid* dentro de suas fronteiras, por meio de sua ocupação: “as semelhanças com minha amada África do Sul são dolorosamente gritantes” (Tutu, 2014). Tutu propôs como forma de enfrentamento o que aprendeu em seu país, que a única maneira de acabar com o *apartheid* pacificamente era forçar os poderosos, por meio de pressão econômica, a se sentarem à mesa de negociação. Não se trata de deslegitimar o Estado de Israel, explicou, mas de acabar com a opressão feita a quatro milhões de irmãs e irmãos palestinos (Tutu, 2014).

No judaísmo contemporâneo, não há uma única posição a respeito do conflito. Há grupos que têm apoiado totalmente as políticas do Estado de Israel e de sua ocupação, e fazem parte da máquina de propaganda estatal. Por outro lado, há grupos que tomaram uma posição clara contra estas políticas a respeito dos palestinos. Eles desenvolvem ações muito concretas em favor de uma solução para o conflito, como os Judeus por uma Paz Justa (*Jews for a Just Peace*).

Na Terra Santa, a religião tem um papel considerável. Textos bíblicos foram e são utilizados para apoiar a criação do Estado de Israel e para legitimar suas medidas em relação aos palestinos. Há grupos judaicos radicais, como alguns colonos, que reivindicam a posse da terra usando textos sagrados como se fossem títulos de propriedade, ao mesmo tempo em que expulsam proprietários palestinos de sua terra. E há grupos cristãos que também justificam a política israelense de

assentamentos em terra palestina com base nos mesmos textos (IHU Online, 2012, p.5-33).

2 UMA HISTÓRIA CONTESTADA

Na Declaração da Independência de Israel, há uma narrativa sobre a identidade nacional judaica que remonta a Antiguidade e atravessa milênios. Esta identidade tem um forte componente étnico, racial, que é a chamada descendência de Abraão. Conforme a Bíblia, o povo de Israel é descendente do patriarca Abraão e por vontade divina deve possuir a aquela terra: “Acaso não foste tu, nosso Deus, que expulsaste os habitantes desta terra diante de Israel, teu povo, para dá-la para sempre aos descendentes de Abraão, teu amigo” (2Cr 20,7)? Com o surgimento do cristianismo, a descendência de Abraão adquire um novo sentido, estendendo-se a todos os que creem em Jesus Cristo, oriundos dos judeus ou dos gentios (Gl 3,28). Mas o componente étnico do povo judeu permanece, designado como “Israel segundo a carne” (1Cor 10,18).

O chamado exílio da Palestina se refere à expulsão dos judeus imposta pelos romanos no ano 70 da era cristã, quando o Templo de Jerusalém foi destruído. A cidade foi arrasada; e seus habitantes, massacrados. A imagem do povo judeu como exilado e errante por quase dois milênios se deve muito à tradição cristã, que foi hegemônica na Europa e no Ocidente. No relato da Paixão de Jesus, a multidão que queria crucificá-lo se depara com a hesitação de Pilatos, convencido da inocência do acusado. Pilatos lava as mãos dizendo: “Sou inocente do sangue deste justo. A responsabilidade é vossa [...] E todo o povo respondeu: ‘O seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos’” (Mt 27,24-25). Imputou-se ao povo judeu o crime de deicídio, uma culpa coletiva e hereditária pela morte de Jesus e pela rejeição de sua mensagem. A destruição de Jerusalém e do Templo, bem como o exílio judaico, são considerados castigo divino por esta culpa (Mt 21,33-22,14; Lc 19,41-44; 21,20-24). Em um dos Evangelhos se lê: “Cairão ao fio de espada e serão levados cativos para todas as nações, e Jerusalém será pisada pelos pagãos, até se completarem os tempos das nações pagãs” (Lc 21,24).

Com este tempo supostamente completado, os sionistas cristãos creem que o retorno dos judeus a Israel está em consonância com as profecias bíblicas. Para eles, a formação do Estado de Israel deve atingir a extensão geográfica mencionada no Antigo Testamento: do Rio do Egito ao Rio Eufrates, e o Templo de Jerusalém deve ser reconstruído. Estas condições são necessárias para a desejada volta gloriosa de Jesus. Por isso, milhões de cristãos ocidentais apoiam incondicionalmente quase todas as decisões e ações políticas do governo israelense. Sionistas cristãos de todo o mundo enviam a Israel milhões de dólares para criar e sustentar assentamentos judaicos considerados ilegais pelas Nações Unidas (Zizer, 2010, p.1-17). Algumas igrejas evangélicas no Ocidente desenvolvem liturgias com expressivo aparato do judaísmo veterotestamentário. Chegou-se ao ponto de se construir um *Templo de Salomão* na cidade de São Paulo, ao custo de 600 milhões de dólares. E poderosas organizações cristãs, inclusive no Brasil, tem feito um *lobby* junto aos seus governos para não se oporem à violenta repressão do governo israelense aos árabes palestinos.

A identidade étnica do povo judeu, o exílio da Palestina e o direito bíblico à terra de Israel merecem considerações historiográficas e teológicas. O povo judeu

não é uma etnia formada por descendentes de Abraão, mas por inúmeros povos incorporados ao judaísmo por um intenso proselitismo religioso. A partir do século II a.C., a dinastia dos Asmoneus que governava a Judeia incorporou as populações pagãs da Idumeia, da Samaria e da Galileia. A grande maioria dos judeus vivia fora da Palestina, os chamados judeus da Diáspora. Eles não falavam hebraico ou aramaico, e são oriundos de povos pagãos convertidos ao judaísmo.

Após a destruição do Templo, não houve exílio da Palestina. Esta prática não era a política dos romanos. A cidade de Jerusalém mudou de nome. Passou a chamar-se *Aelia Capitolina*. Os circuncidados foram, sim, proibidos de entrar na cidade, mas não foram exilados da Palestina. Os judeus estavam presentes em muitas partes do Império Romano e do Oriente Médio. Constituíram reinos como Adiabena, na Mesopotâmia; Himiar, na África; e na Idade Média o importante Império Khazar, no Cáucaso. Na Palestina, o domínio romano tornou-se cristão no século IV e durou até o século VII. Ocorreu então uma invasão persa, e logo depois uma invasão árabe muçulmana, que constituiu um longo reinado de muitos séculos.

No fim da Antiguidade e no início da Idade Média, os reinos cristãos que se formaram na Europa, no Norte da África e no Oriente Médio proibiram o proselitismo judaico em seu território. Mas este proselitismo continuou intenso fora da cristandade. Na Palestina sob domínio muçulmano, porém, os judeus com o tempo aderiram ao islã que isentava os seus adeptos de pagarem impostos. No Ocidente contemporâneo, com a Revolução Francesa e a difusão do Iluminismo, os judeus alcançaram em vários países a plena cidadania e a liberdade religiosa. Porém, a emergência de nacionalismos fortemente ligados a teorias raciais acabou por racializar o povo judeu, considerado uma *Blutsgemeinschaft*, comunidade de sangue (Sand, 2011). Neste contexto surgiu o antissemitismo, que no século XX produziu o Holocausto.

Da Antiguidade até o início do século XX, a migração em massa ou *retorno* à Terra de Israel não foi um desejo consensual ou majoritário do povo judeu. O judaísmo talmúdico proibia este retorno em massa até que houvesse manifestações da vontade divina neste sentido. O filósofo judeu alemão Moses Mendelssohn, do século XVIII, explicou:

O Talmude proíbe-nos até de pensar em um retorno [à Palestina] pela força [isto é, tentar efetuar a Redenção por meio do esforço humano]. Sem os milagres e sinais mencionados na Escritura, não devemos dar o mínimo passo na direção de forçar um retorno e a restauração de nossa nação (Sand, 2014, p.226).

Nos lugares onde o liberalismo político se consolidou, como os Estados Unidos, a França, a Holanda, a Grã-Bretanha e a Alemanha, o judaísmo reformista removeu da liturgia todas as referências à redenção que sugeriam um retorno a Sião no fim dos tempos. Segundo o *éthos* desta Reforma, cada judeu tinha apenas uma pátria que era o país onde vivia. Os judeus eram, antes de tudo, norte-americanos, franceses, holandeses, britânicos e alemães que seguiam os ensinamentos de Moisés. Aos olhos dos reformistas, o sionismo se assemelhava ao reverso do nacionalismo *judeofóbico*, pois ambos se recusavam a considerar os judeus como patriotas da pátria em que viviam, e ambos suspeitavam de sua dupla lealdade (Sand, 2014, p.228-229).

As resistências judaicas ao sionismo não foram poucas. Em 1900, um grupo de rabinos influentes publicou a obra *O livro da luz para os justos: contra o método*

sionista, afirmando que a palavra nacionalismo e suas derivações são alheias à tradição judaica. O *Rebbe* (rabino) de Lubavitch acusou duramente o sionismo de constituir um judaísmo sem a Torá e os mandamentos, mantendo apenas o nacionalismo e fazendo um uso seletivo da Bíblia. Para o rabinato tradicional, o sionismo reproduzia em nível coletivo a assimilação secular do indivíduo. A Terra substituía a Torá, e a adoração do futuro Estado substituía a fidelidade a Deus. Também era inadmissível que a língua sagrada, o hebraico, destinada exclusivamente à prece e às discussões legais, fosse usada como linguagem secular para negócios, pragas, blasfêmias e comandos militares.

A contestação do sionismo também foi feita por judeus seculares e religiosos sensíveis aos direitos da população árabe na Palestina. Para eles, mesmo que judeus ricos tivessem êxito em comprar a *pátria histórica* dos turcos, os árabes têm o mesmo direito histórico que os judeus. Comprar terras de proprietários ricos, provocando a desapropriação sistemática de camponeses pobres, é uma ação imoral que no futuro produz hostilidade e conflito. A rejeição judaica ao sionismo se manifesta na pouca adesão ao convite britânico feito em 1917. Os judeus na Palestina, que então eram cerca de 60 mil, em 1922 não chegavam a 90 mil. Ou seja, em cinco anos o acréscimo não chegou a 30 mil.

Este quadro mudou nas décadas seguintes. O antissemitismo crescente e a enorme tragédia do Holocausto, na Segunda Guerra Mundial, levaram o sionismo a derrotar os outros segmentos do judaísmo. A grande maioria dos que sobreviveram ao extermínio aceitou como veredito o princípio de um Estado designado como judaico, localizado na Terra Santa, que seria a pátria nacional judaica. Para Isaac Deutscher, o processo histórico que levou a 1948 é como a história de um homem que salta desesperado de um prédio em chamas, e cai em cima de um transeunte na calçada (Sand, 2014, p.18 e p. 211-247).

Nesta época, não faltaram vozes dissidentes sensíveis aos direitos humanos e contrárias à criação de um Estado judeu. Uma das mais notáveis é a de Hannah Arendt. Ela criticou com veemência a crescente unanimidade de opinião entre judeus palestinos e judeus norte-americanos de que as reivindicações árabes e judaicas eram irreconciliáveis, de que os árabes eram todos inimigos e só uma decisão militar poderia resolver a questão. Teria chegado o momento de se conseguir tudo ou nada, a vitória ou a morte. Segundo Arendt, naquele ambiente polarizado se desdenhava a justiça, e se preferia a propaganda e as metralhadoras à verdade e à negociação. A experiência judaica nas últimas décadas, e nos últimos dois mil anos, levou muitos a suporem que acordaram e finalmente aprenderam a cuidar de si (Arendt, 2016, p. 656).

Para ela, os não sionistas deveriam insistir que a única realidade permanente em toda a constelação era a presença dos árabes na Palestina. Esta realidade nenhuma decisão poderia alterar, exceto a decisão de um Estado totalitário implementado por sua marca específica de força impiedosa. Os judeus supostamente vitoriosos viveriam cercados por uma população árabe totalmente hostil, isolados dentro de fronteiras constantemente ameaçadas, absorvidos pela autodefesa física em um nível que afogaria todos os outros interesses e atividades. O pensamento político giraria em torno da estratégia militar, e o desenvolvimento econômico seria determinado exclusivamente pelas necessidades da guerra (Arendt, 2016, p. 661 e 664).

A proposta alternativa a um Estado judeu seria um Estado federado, uma estrutura baseada em conselhos comunitários judaico-árabes. Isto faria o conflito judaico-árabe ser resolvido no nível mais baixo e promissor, de proximidade e vizinhança. O autogoverno local e os conselhos municipais e rurais mistos, em pequena escala e tão numerosos quanto possível, seriam as únicas medidas políticas realistas para se chegar à emancipação política da Palestina. Mas Arendt reconheceu que este modelo estava fora das reais possibilidades existentes. Naquela atmosfera histórica, esta proposta seria muito provavelmente considerada uma “punhalada nas costas” ou irrealista, e abandonada (Arendt, 2016, p. 668-669).

3 NOVOS POSICIONAMENTOS E PERSPECTIVAS

Nas relações cristão-judaicas, mudanças importantes ocorreram ao longo do século XX. Em 1928, a Igreja Católica condenou o antissemitismo. E, depois da Segunda Guerra, o Concílio Vaticano II (1962-1965) refutou a suposta culpa coletiva e hereditária dos judeus pela morte de Jesus. Não se deve culpar todos os judeus que viviam naquele tempo, nem mesmo os judeus de todos os tempos. Não se deve apresentá-los na pregação cristã como um povo amaldiçoado por Deus. O Concílio reconhece que cristãos e judeus tem um grande patrimônio espiritual comum, e recomenda o mútuo conhecimento e apreço (IGREJA CATÓLICA, 1965).

Sem desconsiderar este patrimônio espiritual que remonta às raízes do cristianismo, o conflito entre Israel e Palestina não deve ser indiferente aos cristãos. O papa Paulo VI fez a seguinte exortação:

Embora cientes da tragédia recente que levou o povo judeu a buscar uma proteção segura em um Estado próprio, soberano e independente, e exatamente por estarmos cientes, gostaríamos de convidar os filhos deste povo a reconhecer os direitos e as aspirações legítimas de um outro povo, que também sofreu por um longo período, o povo palestino (IGREJA CATÓLICA, 1975).

Seguindo o caminho do Concílio, a Igreja Católica busca uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo em sua pregação e em sua catequese, longe do antijudaísmo que marcou a história das relações cristão-judaicas por tantos séculos. Os cristãos são convidados a compreender o vínculo religioso dos judeus com a terra de seus antepassados, cuja lembrança tem raízes na tradição bíblica e é conservada no mais profundo de suas esperanças. Porém, o que se refere ao Estado de Israel e às suas opções políticas deve ser considerado sob uma ótica não religiosa, baseada nos princípios comuns do direito internacional (CRRJ, 1986, n. 25).

Em 1987, o papa João Paulo II nomeou pela primeira vez um árabe palestino, Michael Sabbah, como patriarca latino de Jerusalém. Este patriarca é a mais alta autoridade católica na Terra Santa. Sabbah tornou-se a voz mais importante dentro da Igreja Católica a denunciar as injustiças sofridas pelo seu povo desde a fundação do Estado de Israel e da ocupação permanente das terras palestinas. Em uma carta pastoral, ele questiona com veemência:

Seríamos nós as vítimas de nossa própria história da salvação, que parece privilegiar o povo judeu e nos condenar? É verdadeiramente a

vontade de Deus - diante da qual devemos nos curvar inexoravelmente, sem apelação e sem discussão - que exige de nós sermos espoliados em favor de um outro povo? (Neuhaus, 2015, p.415)

Os cristãos na Terra Santa são uma minoria entre muçulmanos e judeus. Eles pertencem a diferentes confissões e muitos deles são árabes. Os dirigentes locais das Igrejas Católica, Síria Ortodoxa, Anglicana e Luterana manifestaram-se publicamente contra o sionismo cristão e contra a ocupação israelense.

Eles rejeitaram categoricamente as doutrinas do sionismo cristão como um ensino falso que corrompe a mensagem bíblica de amor, justiça e reconciliação. Alertaram que este movimento e suas alianças justificam a colonização, a *apartheid* e o imperialismo. Ações discriminatórias transformaram a Palestina em guetos pobres cercados por assentamentos israelenses excludentes. Assentamentos ilegais e o muro de separação em terras palestinas confiscadas comprometeram a viabilidade de um Estado palestino, a paz e a segurança em toda a região. Estes cristãos conclamaram os demais, de todos os Continentes, a rezarem pelos palestinos e pelos israelenses, pois ambos sofrem com a ocupação e o militarismo. Eles apoiaram a resistência não violenta como o meio mais eficaz para se acabar com a ocupação ilegal, a fim de se alcançar uma paz justa e duradoura (Zizer, 2010, p.11-12).

Em 2009, foi criado o movimento *Kairós Palestina*, unindo cristãos de diversas igrejas nesta mesma linha. Eles desejam permanecer fiéis à Palavra de Deus, fonte de vida e não de morte, conservando a Boa Nova como boa para si e para todos os homens. Acusam o Ocidente de querer reparar a injustiça feita aos judeus nos países europeus à custa dos palestinos e de sua terra. Assim, o Ocidente teria reparado uma injustiça cometendo outra. Neste conflito, alguns escolheram o caminho da negociação, como a Autoridade Palestina. Mas o processo de paz não tem avançado. Outros recorreram à resistência armada. Israel usou estes como pretexto para acusar os palestinos de serem terroristas. Isto distorce a verdadeira natureza do conflito, apresentado como uma guerra israelense contra o terrorismo, e não como uma resistência palestina legítima à ocupação israelense (KPD, 2009).

A visita do papa Bento XVI à Terra Santa, no mesmo ano, corroborou as grandes aspirações de uma paz justa entre israelenses e palestinos. Ele lembrou que os cristãos estão ligados em sua própria raiz ao povo judeu, e declarou com firmeza que a Igreja Católica é contrária à ocupação e aos muros que ela levanta. Deve ser universalmente reconhecido que o Estado de Israel tem o direito de existir, de gozar paz e segurança “dentro de confins internacionalmente reconhecidos” (IGREJA CATÓLICA, 2009). Igualmente deve ser reconhecido que o povo palestino tem direito a uma pátria independente e soberana, de viver com dignidade e de viajar livremente. E lamentou:

Uma das visões para mim mais tristes durante a minha visita a estas terras foi o muro. Enquanto o ladeava, rezei por um futuro no qual os povos da Terra Santa possam viver juntos em paz e harmonia sem a necessidade de semelhantes instrumentos de segurança e de separação (IGREJA CATÓLICA, 2009).

O conflito entre Israel e Palestina permaneceu bastante polarizado e penoso, sem perspectivas de uma paz justa a curto ou a médio prazo. Neste cenário sombrio, foi alentador constatar que algumas pessoas bastante envolvidas têm uma lucidez notável e uma postura ética louvável. Uma delas é o historiador Shlomo Sand, professor da Universidade de Tel-Aviv. Ele viveu os primeiros dois anos de vida

em um campo de refugiados judeus na Alemanha. Depois imigrou para Israel com seus pais. Quando jovem, lutou como soldado israelense na guerra de 1967. Hoje milita em favor de um Estado judaico-palestino, onde todos os seus cidadãos tenham os mesmos direitos. Ele afirma: “a coisa mais importante que aprendi é que [...] recordar e reconhecer as vítimas que nós mesmos criamos é muito mais efetivo para gerar a reconciliação humana e uma vida ética do que relembrar incessantemente que somos descendentes do povo certa vez vitimado por outros (Sand, 2014, p.342).

Outra dessas pessoas é o jesuíta de origem judaica David Neuhaus, que foi vigário patriarcal para os católicos de língua hebraica de Israel. Ele coordenou em Israel a Pastoral dos Migrantes. Hoje é superior religioso da comunidade jesuíta do Pontifício Instituto Bíblico em Jerusalém. Neuhaus bem expressou uma tensão que não deve ser evitada e que é fonte de libertação:

Nós podemos ficar dilacerados entre estas duas vocações fundamentais - a reconciliação com os judeus depois de séculos de ensino cristão antijudaico e a luta por justiça aos palestinos -, mas que seja assim. Fiquemos dilacerados assim como Jesus ficou, tendo a fé de que neste dilaceramento a salvação venha e o Reino seja proclamado (Neuhaus, 2012, p.14).

Com toda a razão, não se pode negligenciar os muitos séculos de antijudaísmo cristão e nem os direitos dos palestinos, tão duramente massacrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grandeza e a coragem de rever as próprias tradições judaicas e cristãs, bem como as suas consequências políticas, são fundamentais para a construção de uma paz justa neste conflito em que ela é tão necessária. O ataque do Hamas a Israel no ano passado e a guerra que se seguiu são uma face de um forte conflito em curso há décadas. A longa história que envolve judeus, árabes e cristãos está presente nos desdobramentos atuais.

Conhecer esta história ajuda a enquadrar melhor as partes em conflito, bem como a desconstruir mitos, demonizações e ideologias rasas. Isto pode favorecer o caminho em busca da paz tão desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIGOS BRASILEIROS DO PAZ AGORA. **Declaração da Independência de Israel**. Tel Aviv, 14 maio. 1948. Disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>. Acesso em: 3 jul. 2024

ARENDDT, Hannah. Para salvar a pátria judaica (1948). *In*: **Escritos judaicos**. Barueri: Amarilys, 2016, p. 653-670.

Balfour Declaration (1917). Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Balfour_Declaration. Acesso em 10 dez. 2024.

BICKERSTETH, Edward. **The restoration of the jews to their own land**. Londres: Seeley, 1841.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução oficial da CNBB. Brasília, DF: CNBB, 2019.

CRRJ (Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo). Notas para uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja (1985). *In*: **Guia para o diálogo católico-judaico**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 119-134.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2005-2013: Bento XVI). Cerimônia de despedida. Discurso do Papa Bento XVI. **L'Osservatore Romano**. Edição semanal em português, n. 21 p. 15, 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090515_farewell-tel-aviv.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI) **Declaração *nostra aetate* sobre a igreja e as religiões não cristãs**. Roma, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI) **Discorsodi Paolo VI al sacro collegio e alla prelatura romana**. 22 dez.1975. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul->

[vi/it/speeches/1975/documents/hf_p-vi_spe_19751222_sacro-collegio.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1975/documents/hf_p-vi_spe_19751222_sacro-collegio.html). Acesso em: 3 jul. 2024.

IHU Online. **Israel e Palestina. A luta pela paz justa**. 12 nov. 2012. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao408.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024

KPD (Kairos Palestine Document). **A moment of truth: A word of faith, hope and love from the heart of Palestinian suffering**. 11 dez. 2009. Disponível em:

https://www.jcrelations.net/fileadmin/files/pdf/JCR/Kairos%20Palestine_En.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

LIMA, Luís Corrêa. O conflito entre Israel e Palestina: o papel das tradições judaicas e cristãs. *In*: AMADO, Joel; FERNANDES, Leonardo (orgs.). **Cultura da Paz num Mundo em Conflito**. Rio de Janeiro: PUC-RIO; Letra Capital, 2017, p. 197-209.

NEUHAUS, David. O papel religioso no conflito do mundo árabe. **IHU Online**, n. 408, p.12-14, 12 nov. 2012. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao408.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NEUHAUS, David. Le dialogue juifs-chrétiens et la question de la terre d'Israël. **Recherches de Science Religieuse**, v.3, n. 103, p. 397-418, 2015. Disponível em: <<https://shs.cairn.info/revue-recherches-de-science-religieuse-2015-3-page-397?lang=en>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NEUHAUS, David. Diálogo católico-judaico à sombra da guerra de Gaza. **IHU Online**, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/639950-dialogo-judaico-catolico-a-sombra-da-guerra-de-gaza-artigo-de-david-neuhaus>. Acesso em: 26 jun. 2024.

RAHEB, Viola. Um sistema político discriminatório e opressivo. **IHU Online**, n. 408, p.12-14, 12 nov. 2012. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao408.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**. São Paulo: Benvirá, 2011.

SAND, Shlomo. **A invenção da Terra de Israel: da Terra Santa à terra pátria**. São Paulo: Benvirá, 2014.

TUTU, Desmond. **Presbyterian General Assembly Biennial Meeting: My Message on Israel and Palestine**. 16 ago. 2014. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/presbyterian-general-assembly_b_5499395. Acesso em: 2 jul. 2024.

ZIZER, Stefen. Christian zionism. **Sadaka**. The Ireland Palestine Alliance. n. 6, 2010, p.1-17.